



# Pontes Quinzenal

Revisão quinzenal das mais importantes notícias para o Brasil sobre comércio e desenvolvimento sustentável

Vol. 5 · No. 1 - 22 de fevereiro de 2010

## NOTÍCIA MULTILATERAL

Polêmica em torno do último relatório do IPCC abala credibilidade do Painel.....1

## NOTÍCIAS REGIONAIS

Classificação da EPA amplia perspectivas para etanol brasileiro.....3

Haiti pede apoio total para recomeço.....5

## BREVE MULTILATERAL

Disputas envolvendo China, EUA e UE marcam o início do ano na OMC.....6

## BREVE REGIONAL

Casa Branca lança iniciativa comercial com foco em exportação.....7

## EVENTOS

Fóruns Multilaterais.....8

Fóruns Regionais.....9

## INFORMAÇÕES ÚTEIS

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD).

### Equipe editorial:

Adriana Verdier  
Michelle Ratton Sanchez  
Manuela Trindade Viana  
Daniela Helena Oliveira Godoy

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de PONTES Quinzenal podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch).

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do Pontes Quinzenal ou deseje acessar números passados, visite nosso site <http://ictsd.net/news/pontesquinzenal/>.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

## NOTÍCIA MULTILATERAL

### Polêmica em torno do último relatório do IPCC abala credibilidade do Painel

A credibilidade dos dados contidos no último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, sigla em inglês) tem sido questionada. O documento constitui o principal instrumento de embasamento científico para as atividades da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês).

A controvérsia surgiu em novembro, poucas semanas antes da 15ª Conferência das Partes (COP, sigla em inglês) da UNFCCC, realizada em Copenhague. O estopim do caso – que passou a ser referido pela mídia como escândalo do clima (ou *climagate*, na expressão em inglês) – foi o vazamento de e-mails trocados por membros da Universidade de East Anglia (UEA), na Inglaterra. A entidade é uma das principais fontes de informação dos relatórios do IPCC.

Entre as mensagens divulgadas pela Internet, encontra-se uma mensagem enviada pelo diretor da Unidade de Pesquisas Climáticas da UEA, Phil Jones, a um de seus parceiros de pesquisa. No texto, o cientista menciona a utilização de um “*trick*” – palavra inglesa que pode ser empregada com o significado de “truque” – no tratamento de dados que seriam utilizados no relatório do IPCC. A partir disso, surgiram interpretações de que os pesquisadores estariam manipulando intencionalmente as informações de forma a transmitir um quadro sobre as mudanças climáticas mais grave do que o real.

Céticos do aquecimento global utilizaram o escândalo como argumento para projetar suas opiniões. Representante desta corrente, o senador estadunidense James Inhofe, condenou o

investimento de recursos públicos dos Estados Unidos da América (EUA) nas pesquisas do IPCC. O congressista demandou também a realização de investigações sobre as pesquisas compiladas no relatório.

Diante da onda de críticas e pressões, Phil Jones demitiu-se do cargo, apesar de ter o apoio da diretoria da UEA. O cientista argumentou que os trechos das conversas se referem a um diagrama específico e que foram retirados de contexto para permitir tais interpretações. O ex-diretor sustenta também que as pesquisas promovidas pela entidade permanecem confiáveis, e que o seu afastamento evitaria que as atenções fossem desviadas das pesquisas.

Posteriormente, outros equívocos foram identificados no relatório do IPCC, como o trecho que previa o desaparecimento das geleiras do Himalaia até 2035. Também foram superestimados os números referentes às potenciais perdas nas safras de grãos no norte da África. Segundo o relatório, o prejuízo poderia corresponder a 50% até 2020. Este último dado foi mencionado pelo diretor do IPCC, Rajendra Pachauri, em diversos discursos, e consta do sumário executivo do relatório – seção do documento que possui maior impacto político.

O IPCC reconheceu que os dados não foram rigorosamente submetidos aos padrões de verificação tradicionalmente adotados pelo órgão. Trevor Davis, vice-reitor da UEA e responsável pelas pesquisas climáticas, declarou que a universidade conduzirá uma revisão independente para tratar da segurança e transparência das informações.

Apesar da forte repercussão dos questionamentos, a UNFCCC defendeu o seu corpo científico, bem como o relatório. Achim Steiner, diretor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), admitiu a necessidade de haver controles mais rígidos, porém sustentou que o IPCC continua a ser a maior autoridade para avaliar a questão das mudanças climáticas.

A despeito do momento politicamente delicado para a UNFCCC, muitas das Partes tomaram as primeiras iniciativas em direção ao cumprimento dos compromissos assumidos na COP 15. Cerca

de dois meses após a conferência, diversos países já enviaram suas metas voluntárias de mitigação à UNFCCC, conforme determinado no Acordo de Copenhague, o documento oficial emitido ao final do encontro.

Dentre os países desenvolvidos (PDs), incluindo os 27 membros da União Europeia (UE), 39 submeteram metas quantificadas de redução de emissões de gases-estufa. Os Estados Unidos da América (EUA) apresentaram proposta de redução de aproximadamente 17% até 2020, com base nos níveis registrados em 2005. O número final dependerá da legislação aprovada pelo Senado do país.

Já entre os países em desenvolvimento (PEDs), 23 enviaram os planos de ações nacionais de mitigação. A China prometeu esforçar-se para reduzir as emissões de gás carbônico por unidade do produto interno bruto (PIB) entre 40 e 45%. Utilizando o mesmo critério, a Índia estipulou como alvo uma redução entre 20 e 25%. Ambos os países adotaram 2005 como ano-base para as metas.

As metas voluntárias significam o primeiro passo em direção ao cumprimento do acordo, o que indica que os objetivos contidos no documento estão ganhando o apoio dos países. Em conferência de imprensa na Alemanha, Yvo de Boer, então secretário-geral da UNFCCC (ver “Informações úteis”, neste número), qualificou o Acordo de Copenhague como um documento em evolução e fez votos por seu desenvolvimento ao longo dos próximos meses. O secretário incentivou os países que ainda não enviaram suas metas a fazê-lo, apesar do decurso do prazo em 31 de janeiro.

Brasil, Costa Rica e México foram os únicos países sul-americanos a enviar suas metas até o momento, e apenas oito países africanos tomaram tal medida. Cabe destacar que, embora numericamente pouco representativo, o grupo de países que já submeteram seus planos responde por aproximadamente 80% das emissões globais de gases-estufa, segundo estimativa da UNFCCC.

As metas são voluntárias e, portanto, não criam obrigações internacionais vinculantes para as Partes da UNFCCC. Nenhum país elevou os

compromissos em relação às intenções divulgadas em Copenhague. As propostas de redução mais significativas foram condicionadas ao compromisso dos demais países. Diante disso, de Boer fez um apelo para que os países assumam metas mais ambiciosas, que possam fazer face à magnitude do desafio do aquecimento global.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Bridges Weekly Trade News Digest. *Countries take first step to comply with Copenhagen Accord*. Bridges Weekly Trade News Digest, Vol. 14, No. 4, 03 fev. 2010. Disponível em: <<http://ictsd.org/i/news/bridgesweekly/69705/>>. Acesso em: 21 fev. 2010.

Intergovernmental Panel on Climate Change. *IPCC statement on the melting of Himalayan glaciers*. (20/01/2010). Disponível em: <<http://www.ipcc.ch/pdf/presentations/himalaya-statement-20january2010.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2010.

O Globo. *'Climagate' faz primeira baixa em vésperas da cimeira*. (03/12/2009). Disponível em: <[http://dn.sapo.pt/inicio/globo/interior.aspx?content\\_id=1437458&seccao=Europa](http://dn.sapo.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1437458&seccao=Europa)>. Acesso em: 16 fev. 2010.

The Times. *UN climate chief admits mistake on Himalayan glaciers warning*. (21/01/2010). Disponível em: <<http://www.timesonline.co.uk/tol/news/environment/article6994774.ece>>. Acesso em: 16 fev. 2010.

The Guardian. *Climate scientists admit fresh error over data on rising sea levels*. (14/02/2010). Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/environment/2010/feb/14/benny-peiser-houghton-ipcc-apology>>. Acesso em: 16 fev. 2010.

The Economist. *Rajendra Pachauri and the IPCC: a time for introspection*. (04/02/2010). Disponível em: <[http://www.economist.com/sciencetechnology/displayStory.cfm?story\\_id=15450615&source=most\\_commented](http://www.economist.com/sciencetechnology/displayStory.cfm?story_id=15450615&source=most_commented)>. Acesso em: 16 fev. 2010.

## NOTÍCIAS REGIONAIS

### Classificação da EPA amplia perspectivas para etanol brasileiro

A Agência de Proteção Ambiental (EPA, sigla em inglês) dos Estados Unidos da América (EUA) divulgou, em 3 de fevereiro, a classificação do etanol à base de cana-de-açúcar como biocombustível avançado. A EPA concluiu que o referido biocombustível reduz as emissões de dióxido de carbono em 61%, comparativamente à gasolina. Já o etanol derivado do milho, principal biocombustível produzido nos EUA, contribui apenas para 21% de redução de emissões. Segundo a EPA, para ser considerado avançado, o produto deve reduzir as emissões de dióxido de carbono em pelo menos 40% em relação à gasolina.

Segundo Luís Augusto Barbosa Cortez, coordenador da pesquisa *Diretrizes de Políticas Públicas para a Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo*, não há nenhum outro biocombustível avançado comercialmente viável de acordo com os critérios da EPA. O biodiesel europeu, por exemplo, proporciona reduções de emissões na faixa de 20% a 30%. “Os norte-americanos têm esperanças de conseguir essa classificação para o etanol de segunda geração, mas ele ainda não é comercial e quando estiver sendo produzido ainda será muito caro”, afirma o coordenador.

O presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Marcos Jank, considera o resultado divulgado pela EPA prova do reconhecimento do etanol brasileiro no mundo: “essa decisão nos dá o passaporte para colocar o etanol de cana no mundo”.

#### **Etanol brasileiro: perspectivas de expansão do mercado consumidor**

A legislação recentemente aprovada nos EUA estabelece um patamar mínimo de consumo de biocombustíveis de 45 bilhões de litros anuais. Até 2022, esse volume deverá ser elevado para 136 bilhões de litros. Atualmente, são consumidos, nos EUA, cerca de 560 bilhões de litros de etanol por

ano; no Brasil, essa quantidade é de aproximadamente 40 bilhões de litros.

Dada a magnitude do mercado consumidor de etanol nos EUA, a decisão da EPA gerou expectativas elevadas por parte dos produtores brasileiros. A Unica estima que a classificação do etanol à base de cana como avançado possibilitará a expansão do mercado do etanol brasileiro nos EUA para uma faixa de 15 bilhões a 40 bilhões de litros até 2022.

Para a Unica, o próximo desafio é reduzir ou extinguir a barreira tarifária imposta pelos EUA ao combustível brasileiro, que até finais de 2010 está fixada em US\$ 0,54 por galão. Pensada inicialmente como medida temporária, a tarifa tem sido renovada pelo *lobby* do milho desde 1980.

Segundo Marcos Jank, mesmo com a tarifa vigente, é possível elevar a exportação em 7% para os EUA via Caribe. “[É] importante derrubar a tarifa porque teríamos previsibilidade de demanda e poderíamos investir no aumento da capacidade”, afirma Jank. Cortez ressalva que “é preciso que essa redução aconteça paulatinamente para que a indústria brasileira tenha tempo para se preparar para a imensa demanda que será gerada. Se a redução for repentina, isso poderá levar ao desabastecimento”.

Cabe destacar que é provável que a decisão da EPA implique uma expansão do mercado consumidor do biocombustível em todo o mundo, e não somente nos EUA. “[A] EPA é reconhecida em todos os países, e o etanol brasileiro provavelmente ganhará importância nas estratégias de redução de emissões de todos eles”, afirmou Cortez.

É nesse contexto que se enquadra a *joint venture* firmada em 1º de fevereiro entre a Shell e a Cosan, líder mundial na produção do etanol de primeira geração. A parceria – que ainda aguarda aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) – tem por objetivo expandir as vendas do biocombustível no Brasil e no exterior, notadamente, EUA, Europa e Japão. A nova empresa nasce com participação de cerca de 19% no mercado total de combustíveis do país. A Shell investirá US\$ 1,6 bilhão ao longo de dois anos na *joint venture*, com vistas a aumentar a produção

anual de 2 bilhões de litros para, no mínimo, 4 bilhões.

Para Marcos Jank, o interesse de empresas petroleiras de grande porte no etanol brasileiro constitui mais um exemplo do reconhecimento da importância do etanol em termos de segurança energética e meio ambiente. “Elas sabem que o etanol que sai da cana é o mais eficiente, que mais reduz emissões e o único comercialmente viável, como afirmou o próprio vice-presidente da Shell. (...) Falta derrubar a tarifa americana. Mas, na medida que empresas como British Petroleum e a Shell estão investindo nisso, elas ajudam a defender a causa lá fora, com grande poder de persuasão”.

#### Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Fapesp. *Modelo convincente*. (18/02/2010). Disponível em: <<http://www.agencia.fapesp.br/materia/11773/modelo-convincente.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2010.

Fapesp. *Pesquisar para exportar*. (05/02/2010). Disponível em: <<http://www.agencia.fapesp.br/materia/11731/especiais/pesquisar-para-exportar.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2010.

Folha de S. Paulo. *Etanol será commodity mundial, diz Shell*. (05/02/2010). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u689779.shtml>>. Acesso em: 19 fev. 2010.

O Estado de S. Paulo. *'Etanol ganha passaporte para o mundo'*. (05/02/2010). Disponível em: <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100205/not\\_imp506648,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100205/not_imp506648,0.php)>. Acesso em: 19 fev. 2010.

The Economist. *Shell and Cosan team up on ethanol*. (04/02/2010). Disponível em: <[http://www.economist.com/businessfinance/displayStory.cfm?story\\_id=15464489&source=hptextfeature](http://www.economist.com/businessfinance/displayStory.cfm?story_id=15464489&source=hptextfeature)>. Acesso em: 19 fev. 2010.

---

## Haiti pede apoio total para recomeço

O desastre sofrido pelo país mais pobre da América uniu esforços de muitos governos, organismos multilaterais, organizações não-governamentais (ONGs) e setor privado para auxiliar os nove milhões de haitianos na crise humanitária vivida pelo país caribenho, bem como em seu processo de reconstrução.

Em declaração à mídia internacional, Jean-Max Bellerive, primeiro-ministro haitiano, expressou seu agradecimento em diversas ocasiões pela atenção mundial à tragédia de seu país, cujo desastre destruiu 60% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo dados fornecidos pelo ministro. Estimativas preliminares do Banco Mundial indicam que o custo desse desastre superará as perdas ocasionadas pelos furacões em 2008. O terremoto de 12 de janeiro deixou a população haitiana com cerca de 170.000 mortos e inúmeros feridos.

Existem, entretanto, sérias preocupações no que se refere à reconstrução do país. Para a ONG Oxfam, os riscos de recuperação serão minados pela dívida externa e pela crise alimentar que já existia no Haiti – que levou o país a importar 40% de seus alimentos.

### Banco Mundial e BID manifestam-se

Em comunicado oficial, o Banco Mundial manifestou seu apoio ao perdão da totalidade da dívida do Haiti. Conjuntamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e outros doadores, o Banco já perdoara US\$ 1,2 bilhão da dívida haitiana por meio da Iniciativa de Perdão da Dívida aos Países Altamente Endividados (HIPC, sigla em inglês) e da Iniciativa Multilateral de Perdão da Dívida (MDRI, sigla em inglês).

O Banco Mundial dará US\$ 100 milhões para a reconstrução do país após o terremoto, montante que será somado aos US\$ 363 milhões entregues ao Haiti desde 2005 para financiar o desenvolvimento de projetos de cooperação em áreas de gestão de risco de desastres, infraestrutura, desenvolvimento incentivado pela comunidade, educação e governança econômica.

Cabe mencionar que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é o maior doador do Haiti. O Banco desenvolve mais de 25 programas no país, responsáveis por US\$ 770 milhões em investimentos. Luis Alberto Moreno, presidente do BID, declarou que a Assembleia de Governadores do Banco – a ser realizada em abril – se dedicará à discussão de um esquema para aliviar em US\$ 441 milhões a dívida do Haiti junto ao BID. Ressalta-se que, no período 2009-2011, a dívida do país com o Banco foi custeada por recursos de um fundo fiduciário financiado pelos Estados Unidos da América (EUA). Portanto, esta dívida não tem representado nenhuma despesa ao país.

Sob essa lógica, espera-se a criação de um plano para reativar a economia mediante uma redistribuição das atividades produtivas do país, o que, segundo o primeiro-ministro haitiano, exigirá o deslocamento da população – o que envolverá grandes dificuldades.

A população haitiana e as organizações que estão trabalhando com ajuda temem que a profunda desigualdade social do país constitua um obstáculo à sua reconstrução. Isso pode ser evidenciado pelos problemas de segurança e ordem pública na entrega de ajuda alimentar, os quais provavelmente se repetirão na execução dos planos de reconstrução e apoio econômico.

### Estimular o comércio e evitar outra crise alimentar

O ministro brasileiro de Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou que o Haiti precisa de financiamento, mas também de mercados para que possa superar seu problema de segurança alimentar. A escassez de alimentos e a alta no preço destes foram as razões principais para os distúrbios observados em abril de 2008 no Haiti. Amorim ressaltou, ainda, que o país não pode depender eternamente de ajuda. Esta será necessária durante muito tempo, mas a economia haitiana deve se estruturar e, para tal, é preciso ter mercados.

Durante sua participação no Fórum Econômico de Davos (Suíça), Amorim pediu que todos os países do mundo que tenham condições reduzam a zero as tarifas para os produtos haitianos

durante 15 a 20 anos. Somada a uma coordenação e reestruturação econômica do país, tal medida poderá amenizar muitos dos problemas enfrentados pelo Haiti.

Diante de tais preocupações, também manifestaram-se autoridades da República Dominicana, país vizinho. No momento, toda a demanda por produtos do Haiti está sendo canalizada por meio de ajudas e doações de distintas partes. Rafael Camilo, diretor-geral de Alfândega da República Dominicana, ressalva que, quando o processo de ajuda ao Haiti for concluído, a enorme demanda por bens exigirá um controle intensivo sobre os preços, para que os setores mais pobres não sejam afetados.

Em declarações à mídia local, Camilo afirmou que dentre os setores que deverão ter mais atenção se destacam o manufatureiro – que concentra 70% das exportações de materiais de construção – e o agropecuário – que compreende arroz, gorduras, ovos, grãos e outros produtos muito demandados pela sociedade dominicana.

Assim sendo, o projeto de reconstrução do Haiti deverá ser bem estruturado e executado. Em conformidade com declaração do secretário-geral da Organização para o Comércio e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Ángel Gurría, o novo Haiti dependerá de bases que reergam não somente seus edifícios, mas também suas instituições, instrumentos produtivos e seu tecido social.

Tradução de artigo publicado originalmente em *Puentes Quincenal*, Vol. 7, No. 2 - 03 fev. 2010.

## BREVE MULTILATERAL

### Disputas envolvendo China, EUA e UE marcam o início do ano na OMC

Novos contenciosos envolvendo a China e grandes parceiros comerciais foram iniciados no Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) nos últimos meses. O ano de 2009 foi marcado por preocupações com o protecionismo decorrente da

crise econômica, a consolidação da acessão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC) e a ausência de progresso na Rodada Doha. Segundo analistas, há chances de que estes fatores desencadeiem uma guerra comercial ao longo deste ano.

A primeira destas disputas refere-se à decisão dos Estados Unidos da América (EUA) de elevar as tarifas impostas às importações de pneus a partir da China. O painel, estabelecido em dezembro de 2009, tem como objetivo avaliar a conformidade da medida anunciada pelo presidente Barack Obama em setembro. Segundo a nova política, a tarifa cobrada sobre os pneus chineses passará de 4% a 35%, seguirá um decréscimo anual – 25% no segundo ano e 20% no terceiro – e então será eliminada.

A medida seguiu uma recomendação da Comissão de Comércio Internacional dos EUA (CCI) para que fossem impostos encargos sobre os pneus chineses, durante três anos, como medida de salvaguarda. A CCI é uma agência federal independente, responsável por investigar queixas comerciais.

Os termos da acessão da China à OMC incluem a possibilidade de que os membros apliquem salvaguarda para produtos específicos durante um período de transição, que expira em 2013. O instrumento objetiva proteger os produtos domésticos contra surtos repentinos de importações chinesas.

A associação de classe de trabalhadores United Steel Workers (USW), baseada em Pittsburg, havia alertado que o volume das importações chinesas de pneus poderia causar a quebra da indústria estadunidense. Os EUA sustentam que as importações triplicaram entre 2004 e 2008, o que causou a queda de 25% na produção do país.

Contudo, as opiniões sobre a nova tarifa são divergentes dentro dos EUA. Enquanto os sindicatos são extremamente favoráveis, algumas empresas opõem-se à sua adoção, em função dos impactos negativos para a economia. O congressista Kevin Brady, alinhado a esta corrente, reclamou em comunicado ao representante dos EUA para assuntos comerciais, Ron Kirk, que os impostos poderiam resultar em

perda de empregos e elevação do custo dos pneus para os consumidores estadunidenses.

Logo após o anúncio da medida, a China solicitou consultas perante o OSC, sob o argumento de que a nova tarifa viola o artigo I e II do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt, sigla em inglês), bem como as obrigações dos EUA assumidas nos termos de acesso da China à OMC.

Porém, as consultas não lograram solucionar a controvérsia. Os EUA rejeitaram o primeiro pedido para o estabelecimento de um painel. Ao segundo pedido, que não pode ser impedido pela parte requerida, o painel foi estabelecido.

Em outra iniciativa perante o OSC, a China solicitou consultas contra a aplicação pela União Europeia (UE) de tarifa *antidumping* equivalente a 16,5% aos calçados de couro chineses. O ministro de Comércio da China declarou que a medida europeia viola regras da OMC e, conseqüentemente, prejudica direitos legítimos dos exportadores chineses.

Em sua argumentação, a China levanta questões relativas ao *status* do país, que não é uma economia de mercado. Dessa forma, Pequim alega que as regulações europeias estariam em desconformidade com o protocolo de Acesso da China. Especificamente, as margens de *dumping* teriam sido calculadas para o país inteiro, e não para exportadores individuais, o que implicaria tratamento subjetivo e discriminatório.

A China defende também que os cálculos e procedimentos de Bruxelas são injustos ou equivocados. Ainda, o país contesta a decisão do bloco europeu de estender as tarifas até 2011, após o período de revisão de 2008-2009, apontando-a como inconsistente com o Acordo *AntiDumping*.

A União Europeia defende a sua medida, apesar da oposição de algumas empresas domésticas do setor de calçados. As autoridades comerciais do bloco defendem que as medidas possuem caráter de defesa comercial, e não protecionismo, pois haveria evidência de *dumping* por parte dos exportadores chineses. Porém, representantes das empresas de calçados defendem que a medida prejudica principalmente as empresas e os

consumidores europeus, que podem sofrer com medidas retaliatórias por parte da China.

Se os países não alcançarem um acordo em 60 dias após o pedido de consultas, a China pode requerer o estabelecimento de um painel para julgar a disputa.

Tradução e adaptação de textos publicados em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 14, No. 5 - 10 fev. 2010 e Vol. 14, No. 3 - 27 jan. 2010.

## BREVE REGIONAL

### Casa Branca lança iniciativa comercial com foco em exportação

Os Estados Unidos da América (EUA) decidiram direcionar maior atenção a temas comerciais, após um ano sem priorizá-los em sua agenda de política externa. Na primeira semana de fevereiro, o governo estadunidense lançou a Iniciativa Nacional para a Exportação, com o objetivo de duplicar as exportações do país em cinco anos.

O programa será executado em três frentes: expansão da defesa do comércio nas esferas doméstica e internacional; auxílio para que empresas – principalmente as de pequeno e médio porte – tenham acesso ao crédito necessário para exportação de seus produtos; e fortalecimento das regras de comércio a fim de que os exportadores estadunidenses não tenham seu acesso ao mercado estrangeiro injustamente bloqueado.

De acordo com o secretário de comércio, Gary Locke, a Iniciativa visa a corrigir um ponto frágil da política econômica dos EUA, o qual teria permitido que outros países superassem a competitividade da indústria estadunidense.

### Três TLCs ainda estão pendentes

No que diz respeito a novos mercados, Locke destacou o trabalho que o representante dos EUA para assuntos comerciais (USTR, sigla em inglês) está empreendendo para ampliar o comércio em “áreas-chave para o crescimento” na Ásia e em outras regiões, bem como seus esforços para

alcançar um acordo “ambicioso e equilibrado” nas negociações da Rodada Doha da Organização Mundial de Comércio (OMC).

O secretário de comércio também mencionou que será direcionada maior atenção aos três tratados de livre comércio (TLCs) ainda pendentes no Congresso estadunidense – com a Colômbia, o Panamá e a Coreia do Sul. Contudo, o secretário do Tesouro dos EUA apresentou uma perspectiva diferente a respeito dos referidos TLCs, ao afirmar que ainda existem preocupações consideráveis quanto aos acordos pendentes.

Os três TLCs mencionados foram negociados durante a gestão de George W. Bush, mas ainda dependem da aprovação do Legislativo. O TLC com a Colômbia sofre oposição dos sindicatos, que sustentam que o país andino possui um histórico negativo no que tange à proteção dos direitos trabalhistas. A indústria automotiva estadunidense teme que o acordo com a Coreia do Sul resulte em um fluxo de importações baratas aos EUA. Por sua vez, organizações não-governamentais de comércio justo alertam que o TLC com o Panamá pode contribuir para o aumento da destinação de capitais dos EUA para este país latino-americano, considerado um paraíso fiscal.

Consultado sobre as perspectivas de aprovação dos acordos, Chuck Dittich, do Conselho Nacional de Comércio Exterior, *lobby* baseado em Washington, afirmou que “ficaria agradavelmente surpreso” se algum destes TLCs fosse aprovado antes das eleições legislativas de novembro. No entanto, acrescentou que a aprovação dos referidos acordos não deveria constituir a única “medida do desempenho” da Casa Branca em matéria de comércio, uma vez que a administração planeja, ao longo de 2010, “definir as bases” de apoio público para uma agenda mais liberal nessa seara.

### **Obama: um ano de gestão**

Durante seus primeiros 12 meses de gestão, o presidente Barack Obama fez poucas menções ao comércio e tomou poucas medidas na área. Talvez a única exceção tenha sido seu pronunciamento em setembro a respeito de novas tarifas sobre as importações chinesas de pneus. O comércio havia

sido ofuscado na agenda da atual administração pela prioridade concedida aos embates domésticos nas áreas militar, econômica e de saúde.

Mas desde que decidiu concentrar maiores esforços na esfera comercial, o presidente estadunidense é demandado – em grande medida, por seu próprio partido – a adotar uma posição mais firme em matéria de comércio. No início de fevereiro, o senador pela Pennsylvania, Arlen Specter, do Partido Democrata, questionou se Obama apoiaria a revogação dos acordos comerciais já assinados com a China, os quais, segundo Specter, não foram capazes de evitar a prática ilegal de subsídios e *dumping* por parte do governo chinês. Obama sustentou que o futuro dos EUA será construído com base na capacidade do país de produzir bens vendidos no mundo inteiro. “A China será um de nossos maiores mercados (...) nos fecharmos àquele mercado corresponderia a um erro”, afirmou o presidente.

Apesar da nova retórica da Casa Branca no sentido de um maior ativismo comercial, as críticas destacam que, mais de um ano após a posse de Obama, diversos postos da equipe comercial dos EUA permanecem desocupados, notadamente aquele do embaixador do país perante a OMC, em Genebra.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 14, No. 5 - 10 fev. 2010.

## EVENTOS

### Fóruns Multilaterais

#### OMC

Informações:

[http://www.wto.org/meets\\_public/meets\\_e.pdf](http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf)

Local: Genebra, Suíça

22 e 23 de fevereiro

Reunião do Conselho Geral

2 e 3 de março

Reunião do Conselho de Aspectos de Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio

(Trips, sigla em inglês)

4 de março

Dia de introdução à OMC

Sessão Especial do Conselho de Trips

### Unctad

Informações:

<<http://www.unctad.org/Templates/StartPage.asp?intItemID=2068>>

22 a 24 de fevereiro

Reunião sobre contribuição e uso eficiente de recursos externos para o desenvolvimento, particularmente para o desenvolvimento da capacidade produtiva

Local: Genebra, Suíça

---

## Fóruns Regionais

### Mercosul

Informações:

<<http://www.mrree.gub.uy/gxpsites/hgxpp001?7,1,699,O,S,0,,&seccion=3>>

23 e 24 de fevereiro

Reunião do Grupo de Trabalho para a Revisão do Regulamento do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem, sigla em espanhol)

Local: Montevideú, Uruguai

24 de fevereiro

Reunião do Grupo *Ad Hoc* OMC-SGPC

Local: Buenos Aires, Argentina

1 e 2 de março

Reunião do Grupo de Investimentos, Serviços e Compras

Local: Buenos Aires, Argentina

3 e 4 de março

CXII Reunião Ordinária da Comissão de Comércio do Mercosul (CCM)

Local: Montevideú, Uruguai

### Cepal

Informações:

<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/>>

Local: Santiago, Chile

3 de março

Seminário “A caminho de uma nova industrialização: comparação internacional entre Ásia e América Latina”

4 de março

Seminário Internacional “Medida Multidimensional da Pobreza na América Latina”

### OCDE

Informações:

<[http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en\\_2649\\_34487\\_32618737\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_34487_32618737_1_1_1_1,00.html)>

24 de fevereiro

Mesa-redonda sobre Desenvolvimento Sustentável

Local: Paris, França

25 e 26 de fevereiro

Reunião Ministerial sobre Agricultura

Local: Paris, França

## INFORMAÇÕES ÚTEIS

### Livro sobre globalização e democracia

### Informações úteis

#### Secretário-geral da UNFCCC deixa cargo

Secretário-geral da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês) desde 2006, Yvo de Boer renunciou ao cargo em 18 de fevereiro. Questionado sobre a influência do resultado pouco expressivo de Copenhague sobre sua decisão, de Boer afirmou que "Copenhague não providenciou um acordo claro em termos legais, mas o compromisso político e o senso de direção para um mundo com baixa emissão é impressionante. Isso requer novas parcerias com o setor privado e agora tenho a chance de ajudar isso a acontecer". Em comunicado, de Boer

afirmou acreditar ser este o momento ideal para trabalhar com clima e sustentabilidade no setor privado. De Boer permanecerá no cargo até 1º de julho, quando assumirá a posição de conselheiro global da KPMG Consulting. Para mais informações, ver: <<http://www.unmultimedia.org/radio/portugues/e/detail/176587.html>> e <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u695587.shtml>>.

### **EUA propõem criação de unidade federal especialmente voltada às mudanças climáticas**

Os EUA anunciaram, em 8 de fevereiro, a proposta de criação, no âmbito da Agência Estadunidense para Oceanos e Atmosfera (Noaa, sigla em inglês), de um novo serviço federal exclusivamente dedicado ao tema das mudanças climáticas. A principal função da nova unidade seria reunir todas as operações do governo estadunidense em matéria de mudanças climáticas em uma só unidade, além de divulgar tais informações por meio do portal já criado: <<http://www.climate.gov/>>. A nova unidade trabalharia conjuntamente com o Serviço Nacional de Meteorologia e o Serviço Nacional de Oceanos, ambos associados à Noaa. Caso aprovada, a nova agência deverá ser administrada por Thomas Karl, atual diretor do Centro Nacional de Dados sobre o Clima. A proposta aguarda aprovação do Congresso estadunidense. Para mais informações, ver: <[http://www.noaaneews.noaa.gov/stories2010/20100208\\_climate.html](http://www.noaaneews.noaa.gov/stories2010/20100208_climate.html)>.

### **Países andinos buscam reverter a situação da CAN**

Os ministros de comércio dos países-membros da Comunidade Andina de Nações (CAN) reuniram-se, em 5 de fevereiro, para discutir uma nova agenda estratégica para o bloco. O principal objetivo do encontro era buscar reverter a crise vivida pela CAN, abalada pelas sucessivas tensões entre os países que constituem o bloco – Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. A Agenda Estratégica Andina foi formulada pelo Grupo de Delegados Presidenciais da CAN e contém acordos entre os países andinos que podem ser logrados em áreas prioritárias como desenvolvimento, infra-estrutura, meio ambiente e

combate ao narcotráfico. No encontro, os representantes também discutiram sobre as negociações comerciais entre a CAN e a União Europeia (UE). Iniciadas em 2007, as negociações com a UE fracassaram devido a divergências entre os membros da CAN, o que levou Colômbia e Peru a negociarem tratados de livre comércio bilaterais com o bloco europeu. No encontro realizado recentemente, os ministros de comércio andinos buscaram avançar no delineamento de uma proposta comum de acordo-macro para apresentar à UE. Para mais informações, ver: <<http://www.eldeber.com.bo/vernotaahora.php?id=100204223504>>.

### **Segundo Ompi, queda no registro de patentes é maior em países industrializados**

De acordo com dados provisórios divulgados pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual (Ompi), o registro de patentes internacionais sob o Tratado de Cooperação de Patentes sofreu queda de aproximadamente 4,5% em 2009. Segundo nota divulgada pela Organização, a parcela mais representativa da queda registrada ocorreu nos países industrializados. Em contrapartida, alguns países asiáticos revelaram forte aumento no número de pedidos, com destaque para China, Coreia do Sul e Japão. Apesar da redução significativa, os Estados Unidos da América permanecem na primeira posição em termos de número de registros de patentes. Para mais informações, ver: <<http://ictsd.org/i/news/bridgesweekly/70147/>>.

### **Instituto promove *workshop* sobre meio ambiente**

O Instituto Ideias promoverá, em 24 de fevereiro, o *workshop* “Negócios Ambientais”. O evento contará com palestra do diretor de meio ambiente e sustentabilidade da Câmara Brasil-Alemanha, Ricardo Rose, seguida da apresentação da pesquisa *Bens e serviços ambientais*. O *workshop* ocorrerá às 14h, no auditório da Findes, localizado à Av. Nossa Senhora da Penha, 2053, Santa Lúcia, Vitória (Espírito Santo). Para mais informações, ver: <[www.institutoideias.com.br/negociosambientais](http://www.institutoideias.com.br/negociosambientais)>.